

# Paradigmas da Cooperação Agrícola em assentamentos de reforma agrária

*Adriano Scariot<sup>1</sup>  
Pedro Selvino Neumann<sup>2</sup>*

**Resumo:** A Cooperação agrícola (CA) em assentamentos de reforma agrária se confunde com o próprio surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde sua origem ela sofre influência dos debates teóricos desse movimento social, apresentando componentes fortemente político-ideológicos no conjunto das suas orientações. Este trabalho tem por objetivo discutir a dinâmica histórica que caracteriza os diferentes paradigmas que orientam a CA nos assentamentos a partir da fundação do MST. O estudo foi conduzido na forma de revisão bibliográfica, a partir de fontes de informação primárias e secundárias, bem como através de entrevista semi-estruturada com informantes qualificados ligados ao Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA. No seu princípio a CA nos assentamentos era desenvolvida através das pequenas formas associativas como o mutirão, grupos coletivos e pequenas associações, que persistem até hoje mas deixaram de ser priorizadas. No final da década de 1980, tal modelo foi substituído pelo paradigma das cooperativas coletivas, do tipo empresa econômica, com destaque às Cooperativas de Produção Agropecuária – (CPAs). Este último baseou-se na necessidade percebida pelo MST, de transformar as relações de produção camponesas, ditas artesanais, por relações pautadas na divisão social do trabalho, na agroindustrialização e na racionalização econômica. Embora visto pelo MST como um instrumento de ressocialização dos agricultores em direção à construção dos valores humanistas e socialistas, ele preconizou na prática, a eficiência econômica das cooperativas. O debate e as experiências do MST na CA se desenvolveram num processo permeado por conflitos e contradições. As estratégias e ações prioritárias foram estabelecidas a partir de fatores externos à realidade objetiva dos assentamentos, principalmente os de ordem político-ideológica. O modelo coletivista trouxe algumas consequências indesejáveis como a institucionalização e burocratização da cooperação, assim como a desagregação de muitas cooperativas, que acabaram por provocar a sua crise. Esta crise trouxe novas reflexões, incorporando novas concepções, o que tornou o modelo cooperativista dos assentados menos ortodoxo. Embora contraditória e conflituosa a CA do MST vem trazendo resultados sócio-econômicos e políticos muito positivos para os agricultores. Traz também inúmeras lições a serem consideradas para o futuro do cooperativismo agrícola nos assentamentos e regiões de agricultura familiar.

**Abstract:** The agricultural cooperation (AC) in establishments of agrarian reform gets confused due to the appearance of the Movement of Landless Workers (MST). Since its origin it has suffered influence of theoretical debates of this social movement, showing strongly political and ideological components in the whole orientations. This work has the objective to discuss the historical dynamics that characterize the different paradigms that guide the agricultural cooperation in the establishments, starting from the foundation of MST. The study was led in the form of bibliographical revision, starting from sources of primary and secondary information, as well as through semi-structured interview having qualified informers linked to the Seated Cooperative System - SCS. In the beginning AC establishments were developed through small associative as collective effort forms: reciprocal, collective groups and small associations, which persist so far. However, they priority. In the end of the decade of 1980, such a model was substituted by the paradigm of the collective cooperatives, of the economical company type, having prominence to the Cooperatives of Agricultural Production. This last one based on the need noticed by MST, to transforming the relationships of farmers' production, called handmade, for ruled relationships in the social division of the work, in the constitution of agricultural producer and in the economical rationalization. Although the cooperative seen by MST as an instrument of the farmers' resociality in direction to the construction of humanists' values and socialists. He extolled, in practice, the

---

<sup>1</sup> Agrônomo, acadêmico do CPGEExR da UFSM. E-mail: [Adriano\\_scariot@yahoo.com.br](mailto:Adriano_scariot@yahoo.com.br) - Fone: 055 – 99586046. Endereço: Céu II, Apto. 4132 – Campus - UFSM – Bairro Camobi – Santa Maria – RS.

<sup>2</sup> Professor, mestre do CPGEExR da UFSM. E-mail: [psneuman@ccr.ufsm.br](mailto:psneuman@ccr.ufsm.br) - Fone: 055 2208354. Endereço: Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Prédio 44 – Campus – UFSM – Camobi...

economical efficiency of the cooperatives. The debate and the experiences of MST in AC developed in a permeated process by conflicts and contradictions. The strategies and priority actions were established starting from external factors to the objective reality of the establishments, mainly the ones of political and ideological order. The model collectivist brought some undesirable consequences as the found institution and bureaucratization of the cooperation, as well as the desegregation of a lot of cooperatives, that ended for provoking your crisis. This crisis brought new reflections, incorporating new conceptions, which turned the seated cooperative model less orthodox. Although contradictory and conflicting, AC of MST is bringing very positive social to economic and political results for the farmers. It also brings, many questions to be taken into account for the future of the agricultural cooperative in establishments and areas of familiar agriculture.

**Palavras-chave:** Cooperação agrícola; assentamentos; MST.

## **Introdução**

Estabelecido um conjunto de características que marcam a gênese dos assentamentos rurais, essas unidades produtivas não podem ser tratadas simplesmente sob a ótica da categoria de “empresas rurais”. Essa perspectiva deturparia o conjunto das condições em que se dá a produção agrícola e os resultados dela advindos. Da mesma forma, identificá-los apenas por suas características formais, relativas à pequena produção, implicaria em perder de vista os processos de conflitos, utopias e os componentes políticos que marcam a sua trajetória. Assim, parte-se do pressuposto de que a organização social da produção nos assentamentos, além das questões econômicas, está ligada às estratégias sócio-políticas dos atores sociais envolvidos no processo. Após a conquista da terra, um dos maiores e mais importantes desafios para os assentados é a organização da produção, o que lhes permitirá a reprodução social e a conquista das condições materiais necessárias para sua existência. Nesse contexto, a CA se apresenta como alternativa para enfrentar as dificuldades de quem possui apenas a posse da terra e o trabalho como fatores de produção.

O objetivo desse trabalho restringe-se a uma análise de caráter eminentemente teórico sobre os principais eventos e discussões que permearam o processo de construção da CA nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, desde a sua origem aos dias atuais. Busca também discutir a dinâmica histórica que caracteriza os diferentes paradigmas orientadores da CA nos assentamentos a partir da fundação do MST.

## **Metodologia**

O presente estudo foi conduzido na forma de revisão bibliográfica, partindo de fontes de informação primárias e secundárias, recolhidas da bibliografia corrente sobre o tema. Também foi utilizada a técnica de entrevista, tendo como instrumento um questionário semi-estruturado, aplicado a informantes qualificados ligados ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Trata-se de um esforço de síntese que não tem a pretensão de ser inédito e nem de envolver todos os elementos necessários para uma análise científica original sobre a questão. Tal análise requereria uma abordagem mais completa e minuciosa do tema, respaldada por uma pesquisa detalhada que permitisse, a partir de elementos da realidade empírica, analisar criticamente o objeto de estudo numa perspectiva multidimensional, o que foge ao escopo deste trabalho.

## **O MST e sua concepção de cooperativismo**

O cooperativismo representa para o MST a principal linha política de organização da produção e comercialização nos assentamentos. Trata-se de um instrumento estrutural de cunho sócio-econômico e cultural no qual este movimento procura expressar, por meio de resultados concretos, a viabilidade de seu projeto de gestão político-territorial. Eis aqui uma das questões centrais: o cooperativismo como propulsor de uma reorganização sócio-econômica e cultural, tendo como prerrogativas a sua consolidação política e a materialização de um projeto de gestão territorial o qual contribuiria para a consolidação de uma sociedade referenciada pelo coletivo. Nesse sentido “*O MST entende como CA todas as formas de organização coletiva na produção, na comercialização, na prestação de serviços e na agroindústria*” (STÉDILE & GORGEN: 1991, p. 146). Para os assentados de um modo geral, a CA representa uma forma de melhorar sua condição de vida. Desenvolver a CA nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio tanto para as lideranças do MST, que procuram discutir, desenvolver e difundir experiências consideradas positivas, quanto para o conjunto dos trabalhadores rurais sem-terra, que procuram melhoria de vida.

## **Da cooperação informal à crise de modelo.**

A CA teve início nos assentamentos a partir da década de 1970, coincidindo, portanto, com a própria formação do MST. Mas somente a partir de meados da década seguinte, com a multiplicação dos acampamentos e

assentamentos e com a expansão e consolidação desse movimento em nível nacional, ela passou a desempenhar um papel organizativo, ainda que de forma incipiente, espontânea e desarticulada. Desde a formação do MST havia uma preocupação com o futuro dos assentamentos. Havia, também, iniciativas buscando resolver os problemas mais imediatos, materializadas na obtenção de crédito para financiamentos de custeio e investimento e na aquisição coletiva de insumos e bens de consumo. Enfim, buscava-se desenvolver uma forma de organização sócio-econômica estruturada para os assentamentos.

Naquela época, era forte a resistência por parte dos agricultores sem terra ao cooperativismo agrícola, em função de uma série de experiências negativas provenientes do chamado “modelo cooperativista tradicional” praticado na agricultura. Referindo-se a esse modelo, em análise dos problemas do cooperativismo agrícola, SCHNEIDER (1984, p. 18) salienta que, no plano técnico-agronômico houve, por parte das cooperativas, uma aceitação incondicional ao modelo agrícola oficial de modernização tecnológica indiscriminada, implementado através do difusionismo, com vistas ao aumento da produção e produtividade. Dessa forma, o pequeno produtor tornou-se a principal vítima desse processo, descapitalizando-se e endividando-se perigosamente.

De um modo geral, as cooperativas não se preocuparam suficientemente com a organização e o aproveitamento global da pequena propriedade. “Os recursos públicos aplicados na assistência técnica, são direcionados predominantemente aos interesses dos médios e grandes produtores associados, a pretexto de que rendem mais e exigem menos trâmites burocráticos” (SCHNEIDER: 1984, p. 18). Para ABRAMOVAY (1996, p. 11), nesse modelo são raros os casos em que o desenvolvimento do sistema cooperativista não obedeceu à regra clássica: o sucesso empresarial por um lado, representou a distância entre as direções e os associados por outro, impondo um conjunto implacável de obrigações econômicas que resultou na transformação das cooperativas em empresas capitalistas como quaisquer outras.

Nesse período a orientação política do MST era a de construir grupos coletivos e semi-coletivos e associações não superiores a 10 famílias, e trabalhar na forma de mutirão. Tal orientação era motivada pelas lideranças de base, muitas das quais ligadas a setores da igreja católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seguidoras da teologia da libertação. A igreja

estimulava esse tipo de organização, seja pelo caráter da cooperação enquanto instrumento econômico contra a pobreza, seja pela sua identificação com os valores da solidariedade cristã. Muitas dessas experiências foram influenciadas também pela referência histórica do cooperativismo chinês, edificado a partir das experiências de ajuda mútua e das pequenas cooperativas de base respaldadas pelas idéias de Mao Zedong, que defendia a tese de que as pequenas associações poderiam ser um embrião para se chegar às grandes cooperativas coletivas (CONCRAB: 1998, p. 29). Segundo STÉDILE & GÖERGEN (1991, p. 149) *“Inicialmente, no MST o trabalho coletivo era visto mais como uma proposta idealista, onde um número pequeno de famílias poderia compor uma associação e usufruir, em função disso, algumas vantagens. Significava o exemplo de fraternidade dado por aqueles que lutavam pela terra prometida”*. O ponto central desse paradigma foi, portanto, o pequeno grupo de cooperação, de constituição espontânea ou induzida, sem a mediação institucional formal.

No período entre 1985 e 1989 multiplicaram-se as associações nos assentamentos, envolvendo um grande número de famílias e contando com o estímulo dos órgãos públicos de extensão rural. Além das pequenas associações e grupos coletivos foram fundadas algumas grandes associações que apresentavam principalmente um caráter de representação política dos assentados e prestação de serviços (CONCRAB: 1998, p. 29). Com o tempo, percebeu-se que estas formas de organização apresentavam limites de ordem legal e política, sendo consideradas insuficientes para responder às demandas dos assentados enquanto forma de organização econômica dos mesmos. Tal constatação levou a direção do MST a desencadear um processo de discussão de novas formas de organização da produção para os assentamentos. Segundo ESTERCI et al. (1992, p. 8), em 1985 haviam duas orientações no MST a esse respeito: a de implantar os assentamentos como *locus* produtivo de pequena produção, prioritariamente, e outra tendência requerendo dos grupos de assentados uma continuidade de engajamento no processo de recrutamento, organização e respaldo aos segmentos Sem Terra. Essa tensão expressava concepções diversas acerca do que seriam “lutas econômicas” e “lutas políticas”, do papel da luta pela terra no processo de transformação e do lugar dos “assentados” na luta pela terra.

No final da década de 1980 ocorreram significativas mudanças na conjuntura política brasileira, acompanhadas de uma reorganização geral da política econômica e social. A eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1989, significou a retomada da liberalização da economia brasileira através da abertura dos mercados nacionais ao capital externo e das privatizações, o que correspondeu ao avanço do neoliberalismo em todos os setores da economia. Aliado a isso, a queda do regime dito socialista, no Leste europeu e o recuo político-ideológico das principais organizações de esquerda do Brasil, fortaleceram a hegemonia das forças conservadoras no país. O MST, à época, já representava uma séria ameaça aos interesses das elites que haviam ascendido ao poder. Essa conjuntura favoreceu para que se gerasse um campo favorável à repressão dos movimentos sociais que se contrapunham à política dominante. Esta foi levada a cabo através de vários assassinatos, prisões e processos judiciais contra lideranças do MST.

A reflexão ocorrida nesse período nasceu, portanto, em meio a diversos fatores conjunturais que impuseram ao MST a necessidade de fortalecer a sua organização interna. A partir da Constituição Federal de 1988, a legislação cooperativista brasileira sofreu alterações que permitiram a abertura de espaço político-organizacional formal, independentemente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), para a criação de novas formas legais de organização social. Tal fato teve grande repercussão no debate sobre as estratégias de cooperação do MST. Com essa nova possibilidade, ganhou força a idéia de criar cooperativas do tipo empresa econômica, sujeitas, portanto, à legislação cooperativista brasileira.

Os debates do MST, neste período, referiam-se principalmente à organização dos núcleos de base e à fundação das CPAs, estas últimas inspiradas principalmente nas experiências de cooperativismo dos países ditos socialistas (Cuba, URSS, China e Nicarágua). Os núcleos e as CPAs teriam a função de representar a retaguarda da organização política e econômica do MST. Assim, a CA deixa de ser apenas uma forma de resistência e sobrevivência no campo e passa a adquirir um caráter estratégico. Em 1989 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados, uma organização de âmbito nacional que se propunha a centralizar e integrar as diferentes formas de cooperação praticadas nos assentamentos e abranger os pequenos agricultores individuais, assentados

ou não. O SCA surgiu em oposição ao cooperativismo tradicional ligado a OCB. De acordo com CONCRAB (1998, p. 9), *“O SCA é responsável pela organização de base, da produção, tecnologia, transformação ou agroindústria, aplicação do crédito rural, comercialização, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola e econômica do governo, e também pelas condições básicas dos assentamentos”*.

No Plano Nacional do MST de 1989, foram assinalados os principais problemas do associativismo praticado até então nos assentamentos. De acordo com esse plano os problemas para implantar a linha política do SCA eram os seguintes: a) existência de associações muito incipientes e informais que não geram compromissos e obrigações formais entre os associados; b) presença de diversos “vícios artesanais” de comportamento no interior das associações, como o individualismo, o oportunismo, a auto-suficiência; c) falta de capacidade administrativa na gestão das associações e desconhecimento das leis e princípios da cooperação; d) dificuldades em aplicar normas de trabalho e regras sociais de funcionamento dos grupos coletivos, na produção e comercialização; e) falta de coordenação e planejamento da escala produtiva; f) existência de problemas e conflitos com assentamentos que trabalham na forma individual; g) dispersão de esforços e utilização inadequada da mão-de-obra disponível, com baixa produtividade do trabalho; h) falta de coesão diante de problemas administrativos, de gerenciamento ou de relacionamento pessoal; i) dificuldade de acesso a crédito rural de forma coletiva (CONCRAB: 1999, p. 7-9). A partir dessa reflexão, as orientações a respeito da CA sofreram várias alterações, buscando romper com o modelo de agricultura praticado até então. De acordo com CARVALHO (1999, p. 28), a ruptura do paradigma da cooperação nos assentamentos, que se deu a partir desse momento histórico, foi muito mais produto de idéias externas à realidade dos assentamentos que de uma análise crítica científica das tendências sócio-antropológicas, políticas e econômicas, das formas então vigentes e potencialmente possíveis de cooperação.

### **Cooperativas coletivas: o paradigma dos anos 90**

A expansão do MST em nível nacional trouxe maior complexidade organizativa aos assentamentos, em função do elevado número de famílias assentadas. Buscando responder a essa nova realidade e solucionar os

problemas constatados, o MST definiu as primeiras linhas políticas para nortear o SCA. No seu conjunto, procuravam dar um caráter mais integrado e coordenado ao cooperativismo desenvolvido nos assentamentos, e buscavam: estimular a CA como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade nos assentamentos; dar ênfase às seguintes formas de cooperação: compra de máquinas e meios de produção em conjunto, trabalho coletivo com divisão social do trabalho, agroindústrias, armazéns e benfeitorias coletivos. Da mesma forma, buscavam: a) avançar ao máximo para desenvolver a CA nos níveis mais complexos, socializando a terra e todos os meios de produção; b) apropriar-se da tecnologia disponível, estimulando a mecanização e o aumento da escala produtiva de modo adequado à realidade sócio-econômica dos assentados e aos recursos naturais disponíveis; c) garantir que os avanços econômicos fossem acompanhados de um processo de discussão política e da integração dos cooperantes nas demais organizações sociais; d) estimular a implantação de associações de cooperação em 2 níveis: pequenas associações em grupos coletivos buscando a coletivização da terra e meios de produção, e grandes associações envolvendo o uso de grandes recursos indivisíveis e um número elevado de associados. Além disso, as novas orientações previam o desenvolvimento de agroindústrias, centrais de comercialização de grande escala e a constituição de uma empresa nacional de comercialização (CONCRAB: 1999, p. 7-9).

Para que os assentados continuassem engajados na luta, respaldando a organização dos Sem Terra, o MST passou, de forma mais concreta, a estimular a organização coletiva da produção. A idéia da coletivização da produção nos assentamentos começou a constituir o discurso hegemônico no MST a partir de 1989, resultando principalmente na constituição da CPA. Segundo CARVALHO (1999, p. 29), a pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas para a construção do homem novo, de inspiração socialista, expressa nos novos valores que a prática social coletiva iria desenvolver e consolidar, para a superação dos valores vigentes, de natureza liberal-burguesa. Deveria, portanto, ocorrer uma revolução nas práticas sociais e na concepção de mundo das pessoas envolvidas naquela nova experiência social. Nesse mesmo ano foi concretizada, através dos chamados *Laboratórios Organizacionais de Campo* (LOC), a idéia de organizar a produção de forma coletiva. Dessa experiência



surgem no Rio Grande do Sul, as primeiras CPAs (COOPANOR e COOPTIL), e no ano seguinte a primeira cooperativa de comercialização (COANOL), com a finalidade de regular o mercado na região (CONCRAB: 1998, p. 31).

O LOC consistiu numa metodologia de trabalho que visava capacitar os assentados para assumirem uma organização coletiva da produção em grande escala, onde somar-se-iam terra, capital e trabalho, o que possibilitaria um aumento geral na produção e produtividade, possibilitando assim a competitividade com as empresas capitalistas do ramo agropecuário. Pretendia-se, portanto, desenvolver a CA principalmente a partir de empresas cooperativas. Para STÉDILE & GÖERGEN (1991, p. 151) “...os assentamentos somente resistirão ao capitalismo no campo se tiverem capacidade de saírem da agricultura artesanal e modernizar as suas relações de produção; caso contrário serão tragados novamente e expelidos para as periferias das grandes cidades”. Dessa forma buscava-se alterar as relações sociais de produção, onde a divisão social do trabalho e a especialização substituiriam a pequena produção familiar tradicional, que envolve o agricultor na totalidade do processo produtivo. Pretendia-se desenvolver formas de organização da produção que não se limitassem à questão produtiva, mas sim que mantivessem os assentados engajados no MST e na luta social, visto que após a conquista da terra através de um processo coletivamente organizado, a tendência seria “...a diluição das demandas, interesses e da própria identidade dos assentados num segmento maior de pequenos agricultores” (ESTERCI et al. 1992, p. 8).

Segundo SCHWENDLER (1995, p. 104), referindo-se a essa reorganização do trabalho e da produção nos assentamentos, “esta passagem da forma de trabalho da pequena produção tradicional ao trabalho coletivo não é só uma questão de organização mas uma mudança de concepção, que implica numa nova consciência social, nova relação homem-terra e novo estilo de viver e trabalhar a terra”. Essa nova visão de agricultura passou a ser hegemônica no MST e orientou grande parte das políticas posteriormente definidas para o setor.

No período de 1990 a 1992 foi elaborada pelo MST uma série de documentos referindo-se à orientação política do SCA. Vários deles previam um sistema cooperativo articulado em 3 níveis. Ao nível dos assentamentos apareciam as CPAs como formas prioritárias, com gestão coletiva da maior parte dos meios de produção. Em nível estadual, as Centrais de Cooperação Agrícola

(CCA), que integrariam as CPAs, as associações e grupos coletivos registrados. Em nível nacional, uma espécie de confederação de cooperativas, permitindo a associação de qualquer iniciativa organizada de cooperação nos assentamentos.

Esse debate estabelecia, como meta a ser atingida através da cooperação, a passagem da produção de subsistência à produção de mercadorias. Esse seria o primeiro passo. O segundo seria passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos priorizassem investimentos produtivos. O terceiro passo seria alocar o capital acumulado em produtos agroindustriais. Assim, o MST buscava estabelecer uma fase de transição entre o camponês artesão e o camponês operário, pretendendo, da mesma forma, transformar a chamada “consciência camponesa” em “consciência operária” (CONCRAB, 1999, p. 10-11). Com o surgimento das CPAs buscava-se, através da CA uma inserção competitiva no mercado pelo uso de créditos, pela agroindustrialização integrada e pelo aumento na escala de produção. Passou-se assim, a valorizar a eficiência econômica como fator indispensável para o sucesso na organização da produção.

### **Das contradições internas**

A opção pelas CPAs levaria a um interminável e contraditório debate interno, acerca do caráter da CA e dos seus reais objetivos. Nesse debate se fortaleceu a idéia de que as cooperativas do MST deveriam ser exemplares. Essa noção previa o estabelecimento de prioridades no SCA, o que significava um impasse interno. De um lado construir cooperativas exemplares e de outro representar igualmente todas as formas de cooperação praticadas nos assentamentos.

Em 1992 o MST sistematizou as idéias que forjariam a noção do caráter político das cooperativas. Ademar Bogo, *apud* CONCRAB (1999, p. 12), refere-se a esse caráter da seguinte maneira: “*queremos melhoras econômicas e sociais, mas queremos também atuar politicamente, colocando as cooperativas no cenário da luta de classes, com definição ideológica favorável ao projeto político da classe trabalhadora*”. Surge também no período, a afirmação de que “o SCA deve ser de todos os assentados”, que este deveria incentivar e organizar qualquer forma de cooperação, desde a mais simples a mais complexa, sem preconceitos ou privilégios de umas sobre as outras. Surge também a noção de que a cooperação

nos assentamentos do MST deveria ser organizada por uma estrutura única com o objetivo de integrar todos os assentamentos utilizando, da forma mais racional possível, a estrutura disponível. Reforça-se com isso o papel centralizador das CCAs que adquirem uma dimensão de setor responsável pelo conjunto dos assentamentos e não apenas pelas cooperativas. Esse papel centralizador deveria abranger os planos de produção dos assentamentos coletivos e individuais, seguindo as decisões de ordem política e econômica do SCA. Visava também, unificar a estratégia de produção e promover a “expropriação da anarquia agrícola”, integrando os assentamentos em planos de produção dirigidos e economicamente viáveis. Além disso, com a centralização pretendia-se: intercambiar recursos, mão-de-obra e conhecimento entre os assentamentos e unidades de produção; desenvolver a ajuda mútua nas questões administrativas; orientar, através de políticas comuns, a organização em nível nacional; garantir o vínculo entre produção e luta política; criar mecanismos e centros comuns de pesquisa; promover o envolvimento de todas as famílias assentadas. Inerente a essa argumentação percebe-se a concepção de que, em grau reduzido, a estrutura deveria fazer o papel do Estado, na coordenação e integração das diferentes formas de organização da produção (CONCRAB: 1999, p. 15-16).

Como instrumento para consolidar a organicidade formal do SCA a nível nacional, funda-se em Maio de 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB).

Em 1993, o MST elaborou uma cartilha que reúne de maneira mais estruturada e completa sua concepção de cooperação. Ali, a cooperação é definida como *“a introdução na agricultura da divisão social do trabalho de forma cooperada. É o jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, juntas de bois, máquinas, até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto”* (CONCRAB: 1999, p. 16). Em análises posteriores, o próprio MST conclui que essa concepção revela uma profunda crença na divisão social do trabalho, desconsiderando a alienação do mesmo. Mostra também certa ingenuidade na interpretação do desenvolvimento econômico e suas leis e continua sustentando que a meta do MST é “organizar cooperativas”. Nesse sentido, num documento da CONCRAB (1993, p. 40), surge a seguinte orientação: *“O SCA respeita e estimula todas as formas de CA, mas uma grande meta do setor é organizar cooperativas nos assentamentos,*

*entendendo que esta forma representa um salto de qualidade e uma etapa superior de organização da produção dos assentados”.*

O impasse entre massificar a cooperação ou priorizar as CPAs, contudo, ainda não estava resolvido no âmbito dos debates teóricos do MST, embora na prática priorizavam-se as formas coletivas. O paradigma expresso na institucionalização de cooperativas acabou por cristalizar uma contradição interna. De acordo com CARVALHO (1999, p. 30), *“na década de 90 consolidou-se um sistema institucional técnico-burocrático de cooperativas generalizado para todo o país. Assim, da pluralidade de formas de cooperação caminhou-se para a singularidade da forma cooperativa”*. Esta dubiedade na orientação política do SCA teve implicações concretas na sua construção. Embora a estratégia das cooperativas buscasse abranger todas as dimensões e planos sociais das pessoas envolvidas, o SCA tornou-se um setor responsável por encaminhar basicamente as questões econômicas, com os assentados inseridos no mercado através de formas organizativas do tipo empresa econômica.

Diante dessa contradição, em 1996 Bogo *apud* CONCRAB (1999, p. 16) aponta para uma nova forma de compreender o papel das cooperativas. Segundo ele: *“entende-se que as cooperativas não são formas superiores de organizar a produção. A forma superior é a cooperação que pode se desenvolver em diferentes níveis”*.

### **A crise das CPAs e as novas reflexões**

Já no início da década de 1990, fruto de experiências precipitadas, houve um processo generalizado de desagregação das CPAs, expresso pela dissidência de muitos associados e falência de muitas empresas cooperativas. Com essa constatação, a partir de 1994, o debate sobre a CA ganha um novo impulso. Apesar da crise, o MST não considerava que a proposta baseada nas CPAs estivesse superada, mas atribuía à sua própria incapacidade de implementá-la na prática, a responsabilidade sobre a crise. Neste mesmo ano é lançado um texto de Ademar Bogo, onde a CA adquire uma dimensão discursiva mais ampla, passando a ser vista a partir da perspectiva do conjunto da base do MST. A CA passa a ser encarada como um setor politicamente estratégico para o MST, onde a massa dos assentados organizados pela cooperação representaria uma força para a transformação da sociedade. *“A cooperação deve ser vista como forma de*

*organizar os assentados para a luta... cumprindo um papel educativo entre os camponeses a partir do desenvolvimento de experiências coletivas”* (CONCRAB: 1999, p. 18). Os grupos coletivos modelares eram de tal forma valorizados por serem considerados ferramentas pedagógicas da organização produtiva e do desenvolvimento político. De acordo com esse documento, a organização da cooperação deveria ser desenvolvida tanto na forma de cooperativas de produção, comercialização, prestação de serviços e associações de máquinas. Alertava para o equívoco de criar cooperativas onde não estivessem amadurecidas as questões objetivas e subjetivas.

No Seminário Nacional “as perspectivas da cooperação no MST”, em 1994, foram definidas novas orientações que reafirmaram a concepção normativa sobre a CA deste movimento. Estas conjeturavam uma cooperação que trouxesse desenvolvimento socioeconômico, fosse geradora de valores humanistas e socialistas e estivesse vinculada a um projeto estratégico de transformação da sociedade. Para isso deveria organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros militantes, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. Deveria, também, servir como exemplo para a sociedade e meio para desenvolver a luta pela reforma agrária, tendo vínculo orgânico com o MST e servindo-lhe de “retaguarda econômica” (CONCRAB: 1999, p. 20). A partir do Seminário, a CA passa a ser cada vez mais orgânica ao MST por estar inserida na estratégia política geral do movimento. Ficou claro, então, que a função da CA não se restringiria apenas a financiar o bem estar econômico e social dos assentados, passando inclusive a contribuir também na viabilização da luta política do movimento.

As referências à massificação não significaram, entretanto, um retorno ao antigo paradigma. Pelo contrário, serviram para consolidar o viés institucional que a CA adquirira na década de 90, no qual a figura da cooperativa foi o ponto focal das possibilidades de sucesso da cooperação. Assim, com a crise das CPAs, passou-se a privilegiar o desenvolvimento das Cooperativas de Prestação de Serviços, como alternativa para a opção política de “massificar a cooperação”. As demais formas de cooperação desenvolvidas ao longo da história pelos trabalhadores do campo foram relegadas a um segundo plano ou mesmo ignoradas, em privilégio das empresas cooperativas. Segundo CARVALHO (1999, p. 30), essa estratégia trouxe a organicidade do sistema de cooperativas e

não do sistema de cooperação, como se pretendia, conferindo à CA um viés economicista. Para esse autor, a gestão e eficácia das cooperativas tornaram-se o ponto central do sistema, em detrimento do processo de formação político-ideológica dos trabalhadores rurais.

A partir de 1995, o MST passa a ser um setor decisivo no cenário político nacional. Com isso se vê necessitado a estabelecer de forma mais clara a sua estratégia política. Nesse período é elaborado o programa agrário do MST, que estabelecia as diretrizes para a reforma agrária brasileira. A estrutura do MST se torna cada vez mais complexa e a necessidade de organização aumenta. Dessa forma intensifica-se a tensão permanente vivida pelas empresas econômicas do MST: responder ao caráter econômico por um lado e ao político pelo outro. É importante lembrar que esses reajustes e contradições permanentes que envolvem o desenvolvimento a CA do MST, se dão num contexto de repressão e de disputa ideológica contra a classe dominante. Isso envolve a necessidade objetiva de avançar na conquista da opinião pública buscando reafirmar o projeto político da classe trabalhadora junto à sociedade, e ao mesmo tempo legitimar-se enquanto movimento social, que traz positivos resultados econômicos e sociais.

Especialmente a partir do Segundo Seminário Nacional Sobre as Perspectivas da CA, em 1996, a reflexão estratégica do MST passa a influenciar decisivamente na política de CA, vinculando em definitivo o SCA ao MST. Daí surgem novas orientações, destacando-se dentre elas: *“desenvolver uma nova concepção de mercado a partir da produção, criar condições materiais para a luta política, proporcionar para o MST, militantes e dirigentes, ser alternativo e de oposição enquanto empresa econômica e modelo de cooperativismo”* (CONCRAB: 1999, p. 23). Essas novas orientações não trouxeram elementos significativos de mudança de rumo na CA.

A determinação apriorística das CPAs, como formas superiores de cooperação, defrontou-se com alguns dilemas que dificultaram a realização de grande parte dos objetivos para os quais foram criadas. A autonomia camponesa, valor gerado no âmbito da unidade familiar de produção, baseada na propriedade privada da terra e nas decisões tomadas familiarmente, ou mesmo de forma individualizada, implica sérias dificuldades de adaptação às organizações coletivas. Da mesma forma, a maior margem de escolhas individuais oferecidas pelas formas tipicamente camponesas apresenta-se como uma barreira para a

construção do “ser coletivo”. Nesse ponto acredita-se que houve, no âmbito da discussão acerca da CA, uma generalização não muito apropriada de conceitos, onde a propriedade privada camponesa passou a ser vista sob a mesma ótica da propriedade privada capitalista, e as suas especificidades foram reduzidas à categoria de *vícios artesanais*, revelando a debilidade dessa interpretação, *cuj*a matriz carece de fundamentação sócio-antropológica. Histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho definida, *a priori* pelo patrão, ou de forma autônoma. Portanto, o que buscam no momento imediato após a conquista da terra é, normalmente, o poder de decisão sobre a terra e o sucesso econômico. O conflito entre a identidade camponesa e a construção do “ser coletivo” vem permeando a trajetória do cooperativismo agrícola dos assentados, desde a sua origem, tornando-o um processo complexo e, muitas vezes contraditório.

Assim, o processo de desenvolvimento e consolidação da cooperação entre os assentados deu-se em meio a diversas contradições externas e internas. A maior parte dos documentos elaborados pelo MST, que tornaram-se referência de orientação e proposição para a CA, contêm afirmações um tanto genéricas, pouca objetividade e carência de metodologia adequada para a aplicação concreta das proposições. Tais deficiências contribuíram em parte, hora para a incompreensão das proposições, hora para uma leitura livre das decisões tomadas, reduzindo a eficácia das ações propostas (CARVALHO: 1999, p. 27).

### **A Agroindustrialização e a reestruturação produtiva nos assentamentos**

Partindo desse processo cumulativo de experiências na organização da produção, a lógica político-estratégica do MST prevê a construção de um sistema cooperativista que incorpore o controle de qualidade sobre os produtos, que consolide marcas<sup>3</sup>, de referência a nível regional e nacional, visando o fortalecimento de uma determinada linha de produção e a conquista de novos mercados. *“Passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção capaz de*

---

<sup>3</sup> A partir das agroindústrias o MST vem desenvolvendo marcas próprias para seus produtos. Como exemplo citam-se as marcas: Terra Viva, em Santa Catarina; Produtos da Terra, no Paraná; Sabor do Campo, em São Paulo e Paladar, na Bahia. (Morissawa, 2001, p. 236), além das marcas Conquista do Chão e Bionatur, no Rio Grande do Sul.

*envolver a subsistência e o mercado”* (CONCRAB, 1997, p. 31). Essa inserção no mercado dependeria fundamentalmente das agroindústrias. *“A introdução de agroindústria nos assentamentos é estratégica para o desenvolvimento econômico dos mesmos assim como de todo interior do país, envolvendo a juventude e agregando valor à mercadoria produzida”* (CONCRAB: 1997, p. 34). Atualmente, uma diversidade de agroindústrias já estão consolidadas, localizando-se em vários estados do Brasil e atuando em diversos ramos industriais.

Segundo Mário Lill, da coordenação estadual do MST/RS, *“O padrão de consumo dos pequenos agricultores está mudando, cada vez mais exigindo gastos mensais e, portanto, rendas mensais, o que requer mudanças na matriz produtiva de muitos assentamentos”*. Muitas cooperativas, em especial as CPAs, vivem um lento processo de reestruturação no sentido de obter uma maior eficiência econômica com menores riscos. Busca-se desencadear um processo de reconversão dos sistemas produtivos, no sentido de desenvolver atividades que gerem maior renda por unidade de área, sejam mais intensivas em força de trabalho e consigam agregar mais valor aos produtos, como se verifica pelo estímulo à pecuária leiteira, suinocultura, produção de sementes e, principalmente às agroindústrias.

### **Um novo paradigma em construção?**

Em função da análise do acúmulo histórico trazido pelas experiências de cooperação, as abordagens mais recentes do MST dão conta de uma série de preocupações de ordem normativa. Dentre elas destacam-se:

# Tornar mais flexível e gradativa a organização da cooperação levando em conta a realidade local. Essa estratégia envolve o estudo e a realização de avaliações mais freqüentes e profundas sobre as diferentes formas de cooperação presentes no meio rural.

# Priorizar a cooperação e não as cooperativas; essa prerrogativa vem se concretizando em vários assentamentos através do estímulo aos grupos coletivos informais, que possuem a terra e os meios de produção em comum, mas sem a mediação jurídico-institucional de uma cooperativa.



# Desenvolver atividades que proporcionem relações de caráter econômico, político, ideológico e afetivo entre produtores e consumidores (feiras ecológicas, mercado solidário<sup>4</sup>);

# Desenvolver uma agricultura ecologicamente correta e sustentável, diminuindo a dependência de insumos externos à propriedade. Essa orientação se consubstancia na mudança de matriz tecnológica em direção à agroecologia;

# Garantir a produção para o autoconsumo e atentar para a escala de produção de matéria-prima a ser utilizada nas agroindústrias;

# Estabelecer as bases para realizar a revolução cultural entre os camponeses, tendo a cooperação como alvo permanente, posta a serviço da luta de classes. Isso envolveria uma melhor compreensão da cooperação como processo pedagógico.

Atualmente, outras questões relativas ao tema têm surgido com destaque nos debates internos dos assentados. Por exemplo: uma das mais importantes polêmicas está relacionada à gestão da força de trabalho nas cooperativas e à forma de divisão dos resultados do trabalho coletivo. Nas primeiras experiências de cooperação a remuneração do trabalho obedecia ao critério “cada um segundo a sua necessidade”, fortemente influenciado pela igreja católica. Atualmente a remuneração do trabalho nas CPAs obedece ao critério das horas trabalhadas; “cada qual segundo o seu trabalho”, semelhante aos artéis<sup>5</sup> agrícolas. Ambos são critérios bastante controversos, de difícil controle e, muitas vezes, geradores de conflitos e desagregações. Eis um dilema atual da cooperação coletiva, a ser debatido e investigado mais exaustivamente no conjunto da sociedade.

Estas novas formulações indicam mudanças significativas no paradigma que orientou a CA dos assentamentos de reforma agrária durante a década de 90. A maior preocupação com a produção para o autoconsumo, com o chamado mercado solidário e com a agroecologia, demonstram uma diminuição na ênfase à concorrência no mercado capitalista, muito propalada quando da implantação do modelo das cooperativas coletivas. A fundação massiva de “cooperativas”

---

<sup>4</sup> Forma de circulação de produtos que vem sendo difundida entre pequenos empreendimentos, associações e cooperativas, de propriedade e/ou gestão, geralmente coletiva. Preconiza fugir à lógica do mercado capitalista, que busca exclusivamente o lucro econômico. Baseia-se na produção ecológica, comercialização direta, associativismo e relações de mútua confiança nas transações econômicas.

<sup>5</sup> Espécie de fazenda coletiva ou cooperativa integral de produção desenvolvida na Rússia socialista, que permanece até os dias atuais, com a denominação de Kolkhoz e readaptada ao sistema capitalista. Nessas cooperativas a remuneração do trabalho é proporcional aos dias de serviço de cada indivíduo.

também está sendo reavaliada, o que aponta para uma tentativa de desburocratização do sistema cooperativista.

As recentes transformações, embora ainda sejam mais teóricas do que práticas representam uma maior flexibilização das formas de cooperação, tornando o modelo menos ortodoxo. O cerne do modelo, contudo, permanece. A crença na divisão do trabalho, na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, o estímulo as CPAs, consideradas *a forma superior de cooperação*, continuam orientando a CA nos assentamentos de reforma agrária.

### **Considerações finais**

A CA significou, desde os primeiros acampamentos do MST, o combustível utilizado para colocar em movimento as forças produtivas e as forças políticas que buscavam tornar os trabalhadores do campo brasileiro, sujeitos da sua própria história. No início, a cooperação era uma forma de sobrevivência e resistência dos assentados ao capitalismo e suas implicações sobre a agricultura. No seu desenvolvimento, porém, edificou sua estrutura própria, e hoje representa um sistema articulado à estratégia sócio-política do MST.

De um lado, as pressões externas da conjuntura sócio-econômica do mercado capitalista e das políticas neoliberais, de outro, os desajustes internos, os avanços e equívocos, característicos das iniciativas que se propõem alternativas; esse foi o meio de cultura em que se desenvolveu a cooperação nos assentamentos. Sua trajetória, nesse espaço social particular, vem sendo um processo rico em experiências, lições e resultados, mas ao mesmo tempo conflituoso e contraditório, do ponto de vista da sua relação entre teoria e prática. Talvez, porque o componente político lhe seja inerente em muito maior proporção do que em outros modelos cooperativistas. Contudo, a cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária vem significando um esforço organizativo dos agricultores Sem Terra, cujos resultados projetaram-se, porque não dizer, para muito além do possível, embora tenham ficado muito aquém do idealizado.

A experiência da coletivização da produção, como estratégia de resocialização dos assentados para a construção de novos valores humanistas e socialistas teve seus limites, como reconhece o próprio MST. A sociedade capitalista, pela sua lógica e funcionamento, impõe sérios obstáculos ao desenvolvimento, no seu seio, de um cooperativismo voltado para a construção

dos valores acima referidos, a partir da produção e propriedade coletivas. Isso se expressa, especialmente, quando não é considerada a dinâmica histórico-social dos agentes envolvidos e não estão amadurecidas as condições objetivas e subjetivas para tanto. Da mesma forma, isso se verifica quando as forças normativas se impõem à realidade objetiva em questão. Com isso não se quer dizer que tais valores não sejam vivenciados nos assentamentos, mas que, na sua concretude, ainda não exprimem o caráter da revolução sociocultural pretendida através dessa experiência.

Por outro lado, a CA vem trazendo importantes conquistas para os assentados e para o movimento Sem Terra. As cooperativas têm sido agentes capazes de dinamizar os assentamentos onde estão inseridas. Esse fato é perceptível através da infra-estrutura social e econômica que disponibilizam, como linhas de transporte, escolas, assistência à saúde, creches, bem como máquinas agrícolas, silos, condomínios e agroindústrias, construídas nos assentamentos, resultando na melhoria das condições naquelas comunidades. O êxito financeiro das cooperativas acabou se tornando a referência central do SCA. Contudo, as contribuições financeiras e a liberação de quadros militantes e dirigentes para o MST, têm uma importância fundamental no desenvolvimento da sua estratégia política, nas várias frentes que constituem este movimento de luta pela reforma agrária.

Em que pesem as limitações impostas pela conjuntura brasileira vivenciada nas últimas décadas e a sua própria debilidade estrutural, as iniciativas de cooperação desenvolvidas pelos assentamentos de reforma agrária, representam importantes avanços no desenvolvimento da produção e da organização social das classes historicamente subalternas do campo. Contribuem para a democratização do poder, da terra e da riqueza produzida na agricultura e para a melhoria das condições de vida de um enorme contingente de camponeses excluídos do processo produtivo pelo atual modelo agrícola.

### **Bibliografia Consultada**

ABRAMOVAY, R. **Da solidariedade comunitária ao empreendimento cooperativista.** In: Seminário de Crédito Rural Cooperativo. Cepagro, Sicredi-SC, CCA/Ufsc: Florianópolis. 1996.

- CARVALHO, H. M. de. **Contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST.** In A evolução da concepção de CA do MST - Caderno de Cooperação n.º 8. São Paulo: CONCRAB. 1999.
- CONCRAB. Caderno de CA, n.º 05, São Paulo, 1997.
- CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados – Caderno de Cooperação n.º 5, 2 ed. São Paulo, 1998.
- CONCRAB. **A evolução da Concepção de CA do MST** – Caderno de Cooperação n.º 8, São Paulo, 1999.
- ESTERCI, N... [et al.]. **Assentamentos Rurais: um convite ao debate.** In Revista Reforma Agrária, Campinas, SP: V. 22, número 3, 1992.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- SCHNEIDER, J. O. **Problemas do Cooperativismo Agrícola Brasileiro.** In Perspectiva econômica número 43, série Cooperativismo 13. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984.
- SCHWENDLER, S. F. **Da Utopia do Acampamento à Recriação Social do Assentamento.** Santa Maria, RS: UFSM, 1995, Dissertação de Mestrado.
- STÉDILE, J. P; GÖERGEN, S. **Assentamentos: A resposta econômica da Reforma Agrária.** Petrópolis, SP: Vozes, 1991.